



PROCESSO N° : 2012 0904 000003
INTERESSADA : Controladoria-Geral do Estado
UNIDADE GESTORA- UG : 09040
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2011
GESTOR RESPONSÁVEL : Éldon Manoel Barbosa Carvalho
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual

RELATÓRIO DE REGULARIDADE

1. INTRODUÇÃO

No uso das atribuições conferidas pelo artigo 6º, inciso IV, alínea "b" da Lei n.º 1.415, de 20 de novembro de 2003, e em cumprimento das normas estabelecidas no artigo 4º, inciso XII do Decreto nº 2.595, de 6 de dezembro de 2005, e no artigo 36, § 1º, inciso IV, do Decreto n.º 3.943, de 20 de janeiro de 2010, o Núcleo Setorial de Controle Interno informa à Controladoria-Geral do Estado a situação dos processos e sistemas acompanhados e inspecionados no âmbito desta Controladoria Geral do Estado, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2011.

2. DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

As ações realizadas pela Controladoria Geral do Estado no exercício de 2011 guardam estreita sintonia com os programas de governo e as metas estabelecidas no Plano Plurianual, ratificadas na Lei Orçamentária Anual, possibilitando à sociedade o acompanhamento do desempenho institucional, bem como oportunizar aos dirigentes a avaliação e o planejamento de novas metas e programação de novas ações.

As atividades foram realizadas com observância aos princípios que norteiam a Administração Pública, destacando-se a austeridade na aplicação da legislação, normas e regulamentações vigentes, que disciplinam a utilização adequada dos

Handwritten signature



recursos públicos, merecendo destaque, a participação efetiva do controle interno exercido.

Observa-se que as alterações orçamentárias do Programa de Apoio Administrativo, envolvendo movimentações e créditos adicionais, apresentaram variação negativa de aproximadamente 2,38% (dois virgula trinta e oito por cento) do orçamento inicial, indicando a aplicação de boas técnicas de elaboração orçamentária.

3. DAS LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIBILIDADES

A Lei no 8.666/1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XX I, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a compras, obras, serviços, alienações e locações no âmbito da Administração Pública. Assim, estabelece que toda celebração de contratos com terceiros na Administração Pública deve ser necessariamente precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Com o objetivo de garantir a observância dos princípios constitucionais e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração de modo a evitar possíveis irregularidades nos procedimentos de contratações, este Núcleo Setorial de Controle Interno acompanhou todas as licitações e editais referentes à unidade orçamentária, não sendo constatadas falhas que pudessem comprometer o fiel cumprimento do dispositivo legal.

4. DOS CONTRATOS

Contrato administrativo, de acordo com a Lei no 8.666/1993, é todo e qualquer ajuste celebrado entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, por meio do qual se estabelece acordo de vontades, para formação de vínculo e estipulação de obrigações recíprocas.

Os contratos são regulados pelas respectivas cláusulas estabelecidas pelas normas da Lei de Licitações e pelos preceitos de direito público.

ass
[assinatura]



Apos concluído o processo licitatório ou os procedimentos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a Administração adotara as providencias necessárias para celebração do contrato correspondente. No contrato devem estar estabelecidas com clareza e precisão cláusulas que definam direitos, obrigações e responsabilidade da Administração e do particular. Essas disposições devem estar em harmonia com os termos da proposta vencedora, com o ato convocatório da licitação ou com a autorização para contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

No exercício de 2011, os contratos administrativos firmados pela Controladoria Geral do Estado foram formalizados obedecendo aos dispositivos legais, tendo sido designados os respectivos fiscais de contratos que realizaram o acompanhamento e fiscalização, conforme estabelecido no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

5. DOS PROCESSOS DE PAGAMENTO

Os processos de pagamento foram analisados e declarada a regularidade formal dos procedimentos licitatórios, dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação e da classificação orçamentária e a legitimidade da despesa. Do total dos processos analisados, **233** foram autuados no exercício de 2011 e **19** autuados em exercícios anteriores, envolvendo **998** análises, tendo sido ainda, emitidas **02** Notas de Orientação Técnica, **07** Solicitações de Ação Corretiva, **07** Relatórios de Fiscalização emitidos em processos de Suprimentos de Fundos e **28** Pareceres.

Do montante de despesas realizadas no exercício, observa-se que houve inscrição em restos a pagar não processados e processados, conforme abaixo relacionados:

Ass.

Ass.



PROCESSO	Nº NE	ELEMENTO DESPESA	CREDOR	VALOR	
				NÃO PROCESSADO	PROCESSADO
2009/0901/000649	2011NE00080	30	Petrobras Distribuidora S.A	168,00	
2011/0904/000104	2011NE00088	13	Controladoria Geral do Estado		25.341,48
2011/0904/000104	2011NE00089	11	Controladoria Geral do Estado		6.294,94
2011/0904/000104	2011NE00090	04	Controladoria Geral do Estado		4.309,81
2011/0904/000080	2011NE00093	30	Agua Mais Dist. de Bebidas Ltda.		1.231,00
2010/0901/000412	2011NE00149	39	Petrobras Distribuidora S.A	24,64	
2011/0904/000142	2011NE00241	30	Pettine & Pettine Ltda.	603,14	
2011/0904/000117	2011NE00269	30	Brasilcard Dist. de Cartões Ltda.	7.782,80	
2011/0904/000117	2011NE00270	39	Brasilcard Dist. de Cartões Ltda.	3.750,00	
2008/0904/000076	2011NE00291	39	Brasil Telecom S.A	1.711,41	
2011/0904/000158	2011NE00294	39	Editora NDJ Ltda.	6.670,00	
2011/0904/000156	2011NE00307	52	Itautec S/A – Grupo Itautec	76.788,00	
2011/0904/000160	2011NE00320	39	Quality Aluguel de Veiculos Ltda.	4.700,00	
2011/0904/000168	2011NE00337	52	ABC Distribuidora de Livros Ltda.	379,75	
2011/0904/000168	2011NE00338	52	Tocantins Ed. Dist. de Livros Ltda.	1.548,54	
2011/0904/000168	2011NE00339	52	Gurupi Editoriais e Papeis Ltda	5.481,89	
2011/0904/000167	2011NE00363	30	Araujo e Ramos Ltda.	398,00	
2011/0904/000167	2011NE00364	30	Multicores Pap. e Suprimentos Ltda.	896,80	
TOTAL				110.902,97	37.177,23

6. DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Não houve transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres.

7. DO CONTROLE DO PATRIMÔNIO

Os bens patrimoniais registrados no exercício de 2011 correspondem ao valor de R\$ 590.997,72 (quinhentos e noventa mil e novecentos e noventa e sete reais e setenta e dois centavos), tendo havido incorporações no valor de R\$ 4.300,37 (quatro mil e trezentos reais e trinta e sete centavos), não ocorrendo alienações nem baixas no período. O Patrimônio da CGE, constituído

8/11/11
R



de bens móveis, identificado por plaquetas com números e código de barra, apresenta o inventário físico e financeiro devidamente conciliado com o valor contábil. É controlado pelo Gestor Patrimonial, por meio do Sistema Patrimonial - SISPAT gerido pela Secretaria da Administração, corroborado pela co-participação dos responsáveis setoriais, mediante utilização dos Termos de Responsabilidade – TR, para controle físico.

Verificou-se a existência de alguns bens que não constam nos registros contábeis SISPAT/SIAFEM e que providências para regularização estão sendo tomadas junto ao Gestor Central de Patrimônio da Secretaria da Administração, para orientação dos trâmites legais para incorporação.

8. DO CONTROLE DO ALMOXARIFADO

O Almojarifado foi formalmente inspecionado, observando que o Relatório de Fechamento Mensal do Sistema de Controle de Almojarifado – ALMOX, está devidamente conferido, ajustado e conciliado com o valor contábil demonstrado no Balanço Patrimonial e no Balancete - SIAFEM.

Verificou-se mediante demonstrativos dos valores físicos/financeiro do Almojarifado a situação descrita a seguir: iniciou o exercício de 2011, com um saldo de R\$ 17.072,80 (dezessete mil e setenta e dois reais e oitenta centavos), no período houve entradas na ordem de R\$ 29.125,22 (vinte e nove mil e cento e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos) e saídas na ordem de R\$ 27.118,88 (vinte e sete mil e cento e dezoito reais e oitenta e oito centavos), finalizando o exercício com um saldo de R\$ 19.079,14 (dezenove mil e setenta e nove reais e quatorze centavos).

9. DO RECURSOS HUMANOS

A ação de Manutenção de Recursos Humanos é destinada a manter a folha de pagamento e demais despesas de pessoal, tais como a remuneração de servidores ativos do Estado e os encargos sociais decorrentes. Para a manutenção do quadro de pessoal foram aplicados recursos

Ass.
Q



orçamentários/financeiros na ordem de R\$ 2.958.971,18 (dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e dezoito centavos).

O Quadro de Pessoal da Controladoria-Geral conta com **60** servidores ativos, destes servidores **5** estão licenciados (um por mandato classista e 4 para tratar de interesse particular). Registra-se, ainda, **2** servidoras cedidas, sendo uma ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e outra para Prefeitura de Araguaína.

As avaliações de desempenho para enquadramento funcional de servidor ocorrem no decorrer de todo o exercício, e o resultado é lançado no sistema informatizado denominado APED – Avaliação Periódica de Desempenho e publicado no Diário Oficial do Estado, conforme determina art. 20 da Lei nº 1.818/2007 e IN SECAD Nº 01/00. São realizados, ainda, os acompanhamentos dos eventos de capacitação funcional, das demissões, das exonerações, da avaliação dos servidores removidos, do provimento da vacância e/ou redistribuição dos cargos públicos, dos pagamentos das gratificações em razão da substituição dos titulares dos cargos em comissão de direção ou chefia ou função de confiança, atendendo ao disposto art. 20, 22 e de 31 a 37 da Lei nº 1.818/2007.

10. DA MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE

Para a locomoção de servidores e colaboradores, a Controladoria Geral do Estado dispõe de uma frota de **05** veículos automotivos à sua disposição tal sejam: **01** camionete Ford modelo Ranger XLS 13P ano 2005; **01** carro Fiat modelo Uno ano 2008, **01** carro Volkswagen modelo Gol City ano 2005 cedido pela Secretaria da Fazenda; e ainda **01** camionete GM modelo S-10 Executive ano 2011, sob a forma de locação. Houve ainda, no período, a aquisição de 02 veículos automotivos Renault modelo Clio ano 2011. Sendo que todos os veículos referidos foram controlados e vistoriados periodicamente pelo Setor de Transporte e se encontram em bom estado de conservação.

Ass.

Ass.



Para os serviços de manutenção, revisão e reparo dos veículos; aquisição de combustíveis e lubrificantes; peças e acessórios; licenciamentos e seguros; aluguéis ou contratações de serviços de transporte foram apropriadas despesas no valor de R\$ 100.725,85, o que correspondeu a 100,00% (cem por cento) dos recursos orçamentários autorizados para esse fim.

11. DAS CONTAS CONTÁBEIS

Nos registros contábeis foram contemplados todos os ingressos de recursos financeiros, recebidos por meio de quotas, bem como todos os dispêndios realizados no período, obedecendo aos princípios contábeis e a legislação pertinente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA, a Lei de Licitações e Contratos e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

No âmbito da administração do órgão, a Controladoria Geral não sofreu nenhuma Tomada de Contas Especial determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado – TCE e nem por determinação do próprio gestor da Pasta.

13. DAS AUDITORIAS/INSPEÇÕES INTERNAS

O Núcleo Setorial de Controle Interno em parceria com a Terceira Supervisão de Controle Interno realizou inspeção no Setor de Patrimônio da Controladoria-Geral entre os dias 20 e 25 do mês de outubro do exercício de 2011, com o objetivo de avaliar a execução das atividades de identificação, cadastramento, registro, fiscalização e regularização dos bens móveis para fins de sua utilização ordenada, e proposta recomendações para maior eficiência do Sistema, quanto às ocorrências constatadas:

- ✓ Empréstimos de livros sem estipulação de prazo para devoluções;

Ass.

R



- ✓ Bens movimentados por servidores e sem o documento de autorização emitido pelo Setor de Patrimônio,
- ✓ Dos bens existentes no auditório do PROVIDA alguns não foram localizados, sendo somente informado sobre empréstimo à Secretaria do Trabalho e da Assistência Social. Fato este até então conhecido pelo responsável pelo patrimônio desta Pasta;
- ✓ Bem sem plaquetas ou com estas envelhecidas,
- ✓ Bens encontrados em locais divergentes dos especificados no Relatório de Bens por Localização.

14. DAS AUDITORIAS EXTERNAS

A Controladoria Geral não sofreu nenhuma auditoria externa, no exercício em análise.

15. DAS METAS

As metas de eficiência e eficácia foram verificadas a partir da avaliação das ações implementadas no exercício, à égide do Programa de Gestão de Política de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, demonstrando bons resultados.

NÚCLEO SETORIAL DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, 30 dias do mês de janeiro de 2012.

Andreia D. Gomes
ANDREIA DIAS GOMES
Analista de Controle Interno

Eva Moreira Martins Santos
EVA MOREIRA MARTINS SANTOS
Chefe do Núcleo Setorial de Controle Interno